

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO PREFEITURA DE SAQUAREMA.**

Pregão Eletrônico nº 90014/2024

**AKRON CONTROLE PROFISSIONAL DE PRAGAS**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.022.087/0001-96 já qualificada nos autos da licitação em epígrafe, vem, através do seu representante legal, com fulcro no artigo 165 da Lei 14.133/21 apresentar

### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

Em face da sua inabilitação do certame, conforme razões que serão expostas a seguir.

#### **I - DA TEMPESTIVIDADE**

Conforme registrado no sistema comprasnet, bem como nos termos do artigo 165 da Lei 14.133/21, o prazo final de 3 (três) dias úteis para a interposição da



# AKRON

Controle Profissional de Pragas



peça recursal é o dia 11/11/2024, portanto, tempestivo o presente recurso administrativo.

## II- DOS FATOS:

A Prefeitura Municipal de Saquarema publicou o Edital nº 90014/2024 registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de desinsetização, desinfestação, desalojamento de pombos e morcegos, desratização, controle de pragas e vetores em geral a fim de atender a demanda da secretaria municipal de educação, cultura, inclusão, ciência e tecnologia do município de Saquarema/RJ.

Após a desclassificação de algumas empresas, a Akron foi convocada, apresentando toda a documentação nos termos dispostos no Edital, porém, foi desclassificada com a seguinte justificativa:

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 03.022.087/0001-96 - A empresa apresentou certidões do IBAMA e de habilitação do contador com emissão em data posterior ao certame, condição vedada pela Lei 14.133/21 no art. 64, inc I. Não cumprindo com os itens 11.3.4 do edital e 10.5.1 e 10.5.2 do termo de referência. I

Enviada em 04/11/2024 às 14:31:02h

RUA NACIONAL Nº287, TAQUARA, RIO DE JANEIRO, RJ - CEP:22710-091 TEL: (0XX21) 2561-0524 OU 2564-3726  
CNPJ: 03.022.087/0001-96 - I.M: 02.560.631 - REG. INEA: UN005563/55.61.10 - AUTORIZ/MS: 9.04203-1 - CRQ 3ª  
REGIÃO: 5052

E-mail : [akron@akronpragas.com.br](mailto:akron@akronpragas.com.br) [sac@akronpragas.com.br](mailto:sac@akronpragas.com.br) [comercial@akronpragas.com.br](mailto:comercial@akronpragas.com.br)  
SITE: [www.akronpragas.com.br](http://www.akronpragas.com.br)



Controle Profissional de Pragas



Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 03.912.365/0001-80 - Por ultimo o termo de referência apresenta todos os documentos referentes a qualificação técnica, não localizei os documentos referentes ao item 10.5.1 e 10.5.2 do termo de referência.

Enviada em 06/11/2024 às 10:25:30h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 03.912.365/0001-80 - Com referência a habilitação, o balanço de 2023 não foi apresentado na forma da lei (balanço sped incompleto e foi juntado demonstrações contábeis sem registro na junta comercial). Está ausente a certidão das comarcas ou declaração de autoridade judiciária (item 11.3.2). Com relação aos índices apresentados não foi apresentado a certidão do profissional contábil (item 11.3.4).

Enviada em 06/11/2024 às 10:23:57h

Ocorre que, razão não assiste ao Ilmo Pregoeiro nos fundamentos apresentados para a desclassificação da recorrente. Além disso, verifica-se que há grave prejuízo à isonomia do certame em decorrência da desclassificação dos lances ofertados de forma aleatória e descolada dos termos estabelecidos no Edital.

### **III – DAS RAZÕES RECURSAIS**

#### **- DA QUEBRA DA ISONOMIA, COMPETITIVIDADE E IGUALDADE DE CONDIÇÕES DO CERTAME:**

RUA NACIONAL Nº287, TAQUARA, RIO DE JANEIRO, RJ - CEP:22710-091 TEL: (0XX21) 2561-0524 OU 2564-3726  
CNPJ: 03.022.087/ 0001-96 – I.M: 02.560.631 –REG. INEA: UN005563/55.61.10 – AUTORIZ/MS: 9.04203-1 - CRQ 3ª  
REGIÃO: 5052

E-mail : [akron@akronpragas.com.br](mailto:akron@akronpragas.com.br) [sac@akronpragas.com.br](mailto:sac@akronpragas.com.br) [comercial@akronpragas.com.br](mailto:comercial@akronpragas.com.br)  
SITE: [www.akronpragas.com.br](http://www.akronpragas.com.br)





Controle Profissional de Pragas



Verifica-se que ao iniciar a cessão o pregoeiro estava excluindo os lances inferiores a 50% do valor estimado para a contratação, ou seja, considerando que o valor estimado era de R\$3,15, todos os lances inferiores a 1,57 estavam sendo excluídos:

Sistema	30/10/2024 às 11:28:36	Senhores licitantes, como prerrogativa para que não sejam executados valores inexequíveis estarei tentando movendo os lances abaixo de 50%, o sistema informara caso desejam manter o lance.
---------	------------------------	--

Logo após, os lances inferiores a R\$ 1,57 passaram a ser aceitos:

Sistema	30/10/2024 às 11:55:10	Senhores licitantes, a partir deste momento informo previamente o licitante que apresentar proposta inexequível (abaixo de R\$ 1,57) deverá comprovar a exequibilidade de sua proposta, em caso de não comprovação estará ciente que abrirei processo sancionatório.
---------	------------------------	--

De acordo com o disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/21, dentre os princípios básicos que regem a Administração está o da vinculação ao edital ou instrumento convocatório do certame:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da **igualdade**, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da **competitividade**, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). Grifo nosso.

Ressalta-se a lição do administrativista MARÇAL JUSTEN FILHO:

RUA NACIONAL Nº287, TAQUARA, RIO DE JANEIRO, RJ - CEP:22710-091 TEL: (0XX21) 2561-0524 OU 2564-3726  
CNPJ: 03.022.087/ 0001-96 – I.M: 02.560.631 – REG. INEA: UN005563/55.61.10 – AUTORIZ/MS: 9.04203-1 - CRQ 3ª  
REGIÃO: 5052

E-mail : [akron@akronpragas.com.br](mailto:akron@akronpragas.com.br) [sac@akronpragas.com.br](mailto:sac@akronpragas.com.br) [comercial@akronpragas.com.br](mailto:comercial@akronpragas.com.br)  
SITE: [www.akronpragas.com.br](http://www.akronpragas.com.br)





Controle Profissional de Pragas



“Depois de editado o ato convocatório, inicia-se a chamada fase externa da licitação. Os particulares apresentam as suas propostas e documentos, que serão avaliados de acordo com os critérios previstos na Lei e no ato convocatório. Nessa segunda fase, a Administração verificará quem, concretamente, preenche mais satisfatoriamente as condições para ser contratado. Também nessa etapa se exige o tratamento isonômico. Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação. Todos os interessados e participantes merecem tratamento equivalente.”

Ainda, forçoso registrar que aquele que participa da licitação tem o dever jurídico de atentar para todas as suas exigências.

Sobre o tema, assevera JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. (...) Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos

RUA NACIONAL Nº287, TAQUARA, RIO DE JANEIRO, RJ - CEP:22710-091 TEL: (0XX21) 2561-0524 OU 2564-3726  
CNPJ: 03.022.087/ 0001-96 – I.M: 02.560.631 – REG. INEA: UN005563/55.61.10 – AUTORIZ/MS: 9.04203-1 - CRQ 3ª  
REGIÃO: 5052

E-mail : [akron@akronpragas.com.br](mailto:akron@akronpragas.com.br) [sac@akronpragas.com.br](mailto:sac@akronpragas.com.br) [comercial@akronpragas.com.br](mailto:comercial@akronpragas.com.br)  
SITE: [www.akronpragas.com.br](http://www.akronpragas.com.br)



# AKRON

Controle Profissional de Pragas



limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto".

A atitude do pregoeiro prejudicou demasiadamente a competição do certame e as ofertas das licitantes, tendo em vista que em um primeiro momento, sem qualquer respaldo editalício, pois não há previsão no Edital para a exclusão de lances inferiores a 50% do estimado e foi procedida a exclusão de lances menores do que R\$1,57, e nos minutos finais da etapa de lances os mesmos passaram a ser aceitos, ou seja, **a disputa foi prejudicada**, tornou-se um ato viciado e portanto, nulo de pleno direito, devendo necessariamente ser revogado e refeito.

Diante do exposto, pede-se a declaração de nulidade da etapa de lances e consequente revogação do certame em decorrência do prejuízo à competitividade, isonomia entre os participantes e o desrespeito ao Edital.

### **- DA REGULARIDADE DO BALANÇO APRESENTADO**

Não há o que se falar em irregularidade do Balanço, isso porque, o registro foi realizado no RCPJ, onde a empresa é registrada. nos termos da legislação vigente, que conforme inteligência dos artigos 1150 e seguintes do Código Civil/2002, permite o Registro de Sociedades Simples no Cartório de Registro Civil das pessoas Naturais:

Art. 1.150. O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele

RUA NACIONAL Nº287, TAQUARA, RIO DE JANEIRO, RJ - CEP:22710-091 TEL: (0XX21) 2561-0524 OU 2564-3726  
CNPJ: 03.022.087/ 0001-96 - I.M: 02.560.631 - REG. INEA: UN005563/55.61.10 - AUTORIZ/MS: 9.04203-1 - CRQ 3ª  
REGIÃO: 5052

E-mail : [akron@akronpragas.com.br](mailto:akron@akronpragas.com.br) [sac@akronpragas.com.br](mailto:sac@akronpragas.com.br) [comercial@akronpragas.com.br](mailto:comercial@akronpragas.com.br)  
SITE: [www.akronpragas.com.br](http://www.akronpragas.com.br)



registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.

No tocante aos requisitos legais, importante trazer à baila o que a Lei 123/06 determina acerca das obrigações Fiscais Acessórias das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

*Art. 25. A microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional deverá apresentar anualmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais, que deverá ser disponibilizada aos órgãos de fiscalização tributária e previdenciária, observados prazo e modelo aprovados pelo CGSN e observado o disposto no § 15-A do art. 18.*

*Art. 26. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam obrigadas a:*

*I (...)*

*II – manter em boa ordem e guarda os documentos que fundamentaram a apuração dos impostos e contribuições devidos e o cumprimento das obrigações acessórias a que se refere o art. 25 desta Lei Complementar enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes.*

*1º (...)*





# AKRON

Controle Profissional de Pragas



*2º As demais microempresas e as empresas de pequeno porte, além do disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão, ainda, manter o livro-caixa em que será escriturada sua movimentação financeira e bancária.*

*Art. 27. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.*

Conforme análise do TCU (TC 025.300/2017-2) em matéria similar, é ilegal a exigência do balanço patrimonial exclusivamente registrado na junta comercial:

*14.10. Para sociedades anônimas, regidas pela Lei nº 6.404/1976, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social devem ter sido, cumulativamente:*

- registrados e arquivados na junta comercial;*
- publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia;*
- publicados em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada também a sede da companhia. Com relação às demais empresas, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem constar das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou do*

RUA NACIONAL Nº287, TAQUARA, RIO DE JANEIRO, RJ - CEP:22710-091 TEL: (0XX21) 2561-0524 OU 2564-3726  
CNPJ: 03.022.087/ 0001-96 – I.M: 02.560.631 – REG. INEA: UN005563/55.61.10 – AUTORIZ/MS: 9.04203-1 - CRQ 3ª  
REGIÃO: 5052

E-mail : [akron@akronpragas.com.br](mailto:akron@akronpragas.com.br) [sac@akronpragas.com.br](mailto:sac@akronpragas.com.br) [comercial@akronpragas.com.br](mailto:comercial@akronpragas.com.br)

SITE: [www.akronpragas.com.br](http://www.akronpragas.com.br)



# AKRON

Controle Profissional de Pragas



*domicílio do licitante (ou em outro órgão equivalente), com os competentes termos de abertura e de encerramento. (grifo nosso)*

*14.1.5. Conforme se observa, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, para terem validade, devem ser elaborados em conformidade com a legislação comercial, societária e fiscal, em vigência na data de seu encerramento. A disposição contida no § 2º do art. 1.184 do Código Civil (Lei 10.406/2002) estabelece que os referidos demonstrativos devem ser lançados no Livro Diário da empresa estando ambos assinados por técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitado e pelo empresário responsável.*

*14.1.6. Portanto, o Balanço Patrimonial autêntico e apresentando na forma da lei civil é o que consta no Livro Diário. Verifica-se, assim, que a principal forma de apresentação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício é por meio de cópia autenticada do Balanço lançado no Livro Diário.*

*14.1.7. Em nenhum momento o Código Civil, ou outra lei, estabelece para as sociedades por ele reguladas a obrigatoriedade de registro do Balanço Patrimonial na Junta Comercial.*

*14.1.8. Não pode, portanto, o edital exigir, como única forma de comprovação da capacidade financeira, a apresentação de Balanço Patrimonial registrado na Junta Comercial.*

*14.1.9. Nesse ponto, cabe novamente esclarecer que 'registro' e 'autenticação' são procedimentos diferentes, embora o Balanço*





# AKRON

Controle Profissional de Pragas



*Patrimonial possa ser registrado na Junta Comercial (conforme procedimentos constantes da peça 5), para as sociedades reguladas pelo Código Civil esse registro não é obrigatório, uma vez que tal obrigação não consta em nenhuma lei.*

Desta forma, não merece acolhida a afirmação da empresa recorrente de que o balanço patrimonial deve ser registrado na junta comercial. O Edital não faz essa exigência. Além do mais, o cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas é entidade competente para o registro do balanço patrimonial, principalmente pelo fato de que a finalidade do registro é tornar público o balanço, objetivando atestar a capacidade financeira da empresa, o que ocorreu no presente caso.

Desta forma, considerando a ilegalidade da desclassificação desta recorrente, é imperiosa a anulação do ato de desclassificação da Akron e sua declaração de vencedora do certame

## **- DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E A REGULAR DATA DE EMISSÃO**

De forma totalmente arbitrária e interpretação contrária ao artigo 64,I da Lei 14.133/21, os documentos apresentados com data posterior à abertura do certame não foram considerados:

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 03.022.087/0001-96 - A empresa apresentou certidões do IBAMA e de habilitação do contador com emissão em data posterior ao certame, condição vedada pela lei 14.133/21 no art. 64, inc I. Não cumprindo com os itens 11.3.4 do edital e 10.5.1 e 10.5.2 do termo de referência. ]

Enviada em 04/11/2024 às 14:31:02h

RUA NACIONAL Nº287, TAQUARA, RIO DE JANEIRO, RJ - CEP:22710-091 TEL: (0XX21) 2561-0524 OU 2564-3726  
CNPJ: 03.022.087/ 0001-96 – I.M: 02.560.631 – REG. INEA: UN005563/55.61.10 – AUTORIZ/MS: 9.04203-1 - CRQ 3ª  
REGIÃO: 5052

E-mail : [akron@akronpragas.com.br](mailto:akron@akronpragas.com.br) [sac@akronpragas.com.br](mailto:sac@akronpragas.com.br) [comercial@akronpragas.com.br](mailto:comercial@akronpragas.com.br)

SITE: [www.akronpragas.com.br](http://www.akronpragas.com.br)



A decisão de não aceitação dos documentos que foram apresentados quando da convocação da empresa, encontra-se totalmente descolada da previsão legal. O artigo 64, I da Lei 14.133/21 prevê o seguinte:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; grifo nosso.**

Ou seja, como se vê o artigo permite até a juntada de novos documentos que comprovem fatos existentes à abertura do certame.

O TCU promoveu a interpretação do art. 64 da Lei 14.133 por meio do paradigmático Acórdão 1.211/2021-Plenário. O resultado deu origem ao seguinte enunciado de jurisprudência:

[...] a vedação à inclusão de novo documento novo, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Ou seja, para os fins da vedação contida no art. 64, *caput*, o TCU não considera documento novo aquele que, ainda que juntado posteriormente, comprove



# AKRON

Controle Profissional de Pragas



condição preexistente à abertura da sessão pública do certame. Sob essa perspectiva, será admissível a juntada posterior de documento desde que seu conteúdo se refira à condição preexistente.

De acordo com o Ministro Relator:

admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

O TCU emitiu o **Acórdão n. 1211/2021-Plenário**, com a seguinte ementa:

1. **Admitir a juntada** de documentos que apenas venham a **atestar condição pré-existente** à abertura da sessão pública do certame **não fere os princípios** da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).
2. **O pregoeiro**, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, **deve sanear** eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade

RUA NACIONAL Nº287, TAQUARA, RIO DE JANEIRO, RJ - CEP:22710-091 TEL: (0XX21) 2561-0524 OU 2564-3726  
CNPJ: 03.022.087/ 0001-96 – I.M: 02.560.631 – REG. INEA: UN005563/55.61.10 – AUTORIZ/MS: 9.04203-1 - CRQ 3º  
REGIÃO: 5052

E-mail : [akron@akronpragas.com.br](mailto:akron@akronpragas.com.br) [sac@akronpragas.com.br](mailto:sac@akronpragas.com.br) [comercial@akronpragas.com.br](mailto:comercial@akronpragas.com.br)  
SITE: [www.akronpragas.com.br](http://www.akronpragas.com.br)





# AKRON

Controle Profissional de Pragas



jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a **vedação à inclusão de novo documento**, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), **NÃO ALCANÇA documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.**

Essa interpretação reflete uma visão pragmática, que consagra um formalismo moderado com o intuito de evitar a inabilitação de licitante que dispõe, na realidade dos fatos, da documentação necessária para participar da licitação.

No presente caso, a recorrente no momento de sua habilitação, momento em que é possível apresentar os documentos solicitados, apresentou os competentes documentos **atualizados que se referem a condições preexistentes**, portanto os mesmos deveriam obrigatoriamente ser aceitos, posto que apresentados no momento da convocação da licitante.

Desta forma, considerando a ilegalidade da desclassificação desta recorrente, é imperiosa a anulação do ato de desclassificação da Akron e sua declaração de vencedora do certame.

### III – DOS PEDIDOS

RUA NACIONAL Nº287, TAQUARA, RIO DE JANEIRO, RJ - CEP:22710-091 TEL: (0XX21) 2561-0524 OU 2564-3726  
CNPJ: 03.022.087/ 0001-96 – I.M: 02.560.631 –REG. INEA: UN005563/55.61.10 – AUTORIZ/MS: 9.04203-1 - CRQ 3ª  
REGIÃO: 5052

E-mail : [akron@akronpragas.com.br](mailto:akron@akronpragas.com.br) [sac@akronpragas.com.br](mailto:sac@akronpragas.com.br) [comercial@akronpragas.com.br](mailto:comercial@akronpragas.com.br)  
SITE: [www.akronpragas.com.br](http://www.akronpragas.com.br)





# AKRON

Controle Profissional de Pragas



Diante do exposto, a AKRON CONTROLE PROFISSIONAL DE PRAGAS, requer ao Ilustríssimo Pregoeir:

- A) A revogação do certame em razão dos vícios identificados no ato de exclusão de lances no valor de R\$1,57 e posterior aceite do mesmo valor, configurando a quebra da isonomia, prejuízo à competitividade e desrespeito ao Edital;
- B) A anulação da decisão que declarou a AKRON CONTROLE PROFISSIONAL DE PRAGAS LTDA inabilitada do Pregão Eletrônico nº 90014/2024, posto que preencheu todas as condições estabelecidas no ato convocatório e jamais poderia ser desclassificada, conforme fundamentação apresentada e nos termos do artigo 64, inciso I da Lei 14133/21, Acórdão 1211/2021 TCU, análise TCU TC 025.300/2017-2 e artigos 25 a 27 da Lei 123/06
- C) Caso as presentes razões recursais não sejam acatadas, que o recurso seja dirigido a autoridade superior, nos termos do artigo 165, §2º da Lei 14.133/21.

Portanto, pede-se o provimento do presente recurso para que a legislação vigente seja cumprida **e que não seja necessário o socorro ao judiciário ou aos Tribunais de Contas, para que sejam cumpridas as determinações legais.**

Termos em que,

RUA NACIONAL Nº287, TAQUARA, RIO DE JANEIRO, RJ - CEP:22710-091 TEL: (0XX21) 2561-0524 OU 2564-3726  
CNPJ: 03.022.087/ 0001-96 – IM: 02.560.631 – REG. INEA: UN005563/55.61.10 – AUTORIZ/MS: 9.04203-1 - CRQ 3ª  
REGIÃO: 5052

E-mail : [akron@akronpragas.com.br](mailto:akron@akronpragas.com.br) [sac@akronpragas.com.br](mailto:sac@akronpragas.com.br) [comercial@akronpragas.com.br](mailto:comercial@akronpragas.com.br)

SITE: [www.akronpragas.com.br](http://www.akronpragas.com.br)



# AKRON

Controle Profissional de Pragas



Pede e espera deferimento.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2024

MARCUS ANTONIO  
ANDRADE

BARBOSA:02862543799

Assinado de forma digital por  
MARCUS ANTONIO ANDRADE  
BARBOSA:02862543799  
Dados: 2024.11.11 20:55:30  
-03'00'

**AKRON CONTROLE PROFISSIONAL DE PRAGAS LTDA**

**Marcus Antonio Andrade Barbosa**

RUA NACIONAL Nº287, TAQUARA, RIO DE JANEIRO, RJ - CEP:22710-091 TEL: (0XX21) 2561-0524 OU 2564-3726  
CNPJ: 03.022.087/ 0001-96 – I.M: 02.560.631 – REG. INEA: UN005563/55.61.10 – AUTORIZ/MS: 9.04203-1 - CRQ 3ª  
REGIÃO: 5052

E-mail : [akron@akronpragas.com.br](mailto:akron@akronpragas.com.br) [sac@akronpragas.com.br](mailto:sac@akronpragas.com.br) [comercial@akronpragas.com.br](mailto:comercial@akronpragas.com.br)

SITE: [www.akronpragas.com.br](http://www.akronpragas.com.br)



PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

**Recorrente: AKRON CONTROLE PROFISSIONAL DE PRAGAS LTDA**

**Recorrida: Prefeitura Municipal de Saquarema**

**Referente ao Processo nº 3.997/2024**

**Pregão Eletrônico nº 90014/2024**

Trata-se de **RECURSO** contra ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90014/2024, interposto pela empresa **AKRON CONTROLE PROFISSIONAL DE PRAGAS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 03.022.087/0001-96, estabelecida na Rua Nacional Nº287 – Taquara - Rio De Janeiro/RJ.

### I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

O direito ao recurso administrativo em processos licitatórios é garantido pela Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos. Especificamente, o art. 165 da referida Lei assegura aos licitantes a possibilidade de interpor recurso contra atos de habilitação e inabilitação, nos seguintes termos:

*Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:*

*a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*

*b) julgamento das propostas;*

*c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;*

*d) anulação ou revogação da licitação;*





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;*

*II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.*

*§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:*

*I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;*

*II - a apreciação dar-se-á em fase única.*

*§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.*

*§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.*

*§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.*

*§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.*

O prazo para interposição do recurso foi devidamente observado pela **AKRON CONTROLE PROFISSIONAL DE PRAGAS LTDA**, que manifestou tempestivamente sua intenção de recorrer contra a decisão de inabilitação no Pregão Eletrônico nº 90014/2024, atendendo ao disposto no art. 165, inciso I, alínea 'c' da Lei nº



PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

14.133/2021. Portanto, o presente recurso deve ser conhecido, tendo em vista a sua admissibilidade formal.

## II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 30/10/2024, encerrando-se 06/11/2024, quando, assistindo ao item 13 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 10 (dez) minutos ao encerramento de cada fase e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 14.133/2021 em exame foi interposto tempestivamente em sistema. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 165, § 1º, inciso I, da Lei 14.133/2021; e 39 do Decreto Municipal 2.740/2024.

O edital do Pregão Eletrônico nº 90014/2024 estipulou os prazos para a interposição de recursos, em conformidade com o art. 165, §1º da Lei nº 14.133/2021. A recorrente observou rigorosamente esses prazos, apresentando suas razões dentro do período legal de 3 (três) dias úteis, contados a partir da intimação da decisão de inabilitação.

Assim, o recurso interposto pela AKRON é tempestivo, estando plenamente adequado às exigências formais para seu processamento.

## III. DO PROCEDIMENTO DE ORIGEM DO RECURSO

Trata-se do processo administrativo nº 3.997/2024 referente ao pregão eletrônico para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO, DESINFESTAÇÃO, DESALOJAMENTO DE POMBOS E MORCEGOS, DESRATIZAÇÃO, CONTROLE DE PRAGAS E VETORES EM GERAL A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, INCLUSÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ.

Antes de dar prosseguimento à análise do pleito, cabe frisar que conforme definido no Art. 11 da Lei 14.133/2024, que regulamenta os atos licitatórios, estabelece que:

*Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:*





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;*

*II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;*

*III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;*

*IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.*

Informo que na análise do mérito do presente recurso apresentado, temos que o cerne da questão é a reconsideração da decisão em que a empresa AKRON CONTROLE PROFISSIONAL DE PRAGAS foi inabilitada por não atender integralmente aos requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório, decisão essa que ensejou a interposição do presente recurso.

A recorrente argumenta que atendeu a todos os requisitos de habilitação, contestando sua inabilitação no certame e solicitando a reconsideração da decisão que lhe excluiu da fase de habilitação. Também questiona quanto a exclusão de lances realizada pelo pregoeiro na fase competitiva, alegando quebra de isonomia e prejuízo à competitividade. No entanto, ao analisar a documentação de habilitação da Recorrente, constatou-se a inobservância de requisitos essenciais dispostos no edital.

Diante das flagrantes impropriedades identificadas, a AKRON foi legitimamente inabilitada, sendo a empresa SANEADORA LAGOS LTDA declarada vencedora do certame, por cumprir integralmente as exigências do edital.

#### **IV. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO PROCESSO LICITATÓRIO**

A Lei nº 14.133/2021 estabelece as normas gerais para a condução dos processos licitatórios e contratos administrativos, e impõe que todos os licitantes e a Administração Pública observem rigorosamente as disposições do edital, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. O art. 5º da Lei nº 14.133/2021, prevê expressamente que:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da*



PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

Assim, todas as exigências de habilitação constantes do edital devem ser cumpridas pelos licitantes, sob pena de inabilitação. O edital é a norma que vincula tanto a Administração quanto os participantes da licitação, devendo ser respeitado em sua integralidade.

#### V. DOS PEDIDO DA RECORRENTE:

**A recorrente alega, resumidamente, e após requer que:**

- a) A revogação do certame em razão dos vícios identificados no ato de exclusão de lances no valor de R\$1,57 e posterior aceite do mesmo valor, configurando a quebra da isonomia, prejuízo à competitividade e desrespeito ao Edital;
- b) A anulação da decisão que declarou a AKRON CONTROLE PROFISSIONAL DE PRAGAS LTDA inabilitada do Pregão Eletrônico nº 90014/2024, posto que preencheu todas as condições estabelecidas no ato convocatório e jamais poderia ser desclassificada, conforme fundamentação apresentada e nos termos do artigo 64, inciso I da Lei 14133/21, Acórdão 1211/2021 TCU, análise TCU TC 025.300/2017-2 e artigos 25 a 27 da Lei 123/06;
- c) Caso as presentes razões recursais não sejam acatadas, que o recurso seja dirigido a autoridade superior, nos termos do artigo 165, §2º da Lei 14.133/21.

#### VI. ANÁLISE DO RECURSO

A empresa Akron Controle Profissional de Pragás, ora recorrente, insurge-se contra sua inabilitação no referido certame, pleiteando a revisão da decisão que a desclassificou e argumentando supostas irregularidades na condução do procedimento. O recurso, fundamentado em alegações de quebra de isonomia, irregularidade na análise documental e má condução do processo de lances, busca ainda a anulação do certame com base em





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

vícios inexistentes. É imperativo, no entanto, observar que tais alegações carecem de amparo jurídico e probatório.

Ressalte-se que a Administração Pública, ao conduzir procedimentos licitatórios, está vinculada não apenas aos princípios constitucionais da legalidade, isonomia, publicidade e eficiência, mas também ao rigor técnico exigido para a proteção do interesse público. Assim, os atos administrativos praticados no âmbito do certame em questão respeitaram integralmente o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, bem como os normativos correlatos aplicáveis, como o Decreto Municipal nº 2.740/2024 sendo imprescindível garantir a segurança jurídica e a estabilidade dos resultados já alcançados.

Ademais, o exame dos autos demonstra que a desclassificação da empresa recorrente decorreu de falhas claras no cumprimento das exigências editalícias, devidamente fundamentadas nos autos e conforme as regras do certame. Não se pode admitir que argumentos desprovidos de consistência técnica e jurídica venham a comprometer a lisura e a regularidade de um procedimento conduzido de forma transparente e em estrita conformidade com a legislação vigente. A análise detalhada a seguir confirma a improcedência do recurso apresentado.

### **I – Da Suposta Quebra de Isonomia e Competitividade:**

#### **A Recorrente alega em fase de recurso que:**

*“A atitude do pregoeiro prejudicou demasiadamente a competição do certame e as ofertas das licitantes, tendo em vista que em um primeiro momento, sem qualquer respaldo editalício, pois não há previsão no Edital para a exclusão de lances inferiores a 50% do estimado e foi procedida a exclusão de lances menores do que R\$1,57, e nos minutos finais da etapa de lances os mesmos passaram a ser aceitos, ou seja, a disputa foi prejudicada, tornou-se um ato viciado e portanto, nulo de pleno direito, devendo necessariamente ser revogado e refeito.*

*Diante do exposto, pede-se a declaração de nulidade da etapa de lances e consequente revogação do certame em decorrência do prejuízo à competitividade, isonomia entre os participantes e o desrespeito ao Edital.”*

#### **Resposta a Recorrente:**

A recorrente, em flagrante desconhecimento das normas que regem os processos licitatórios, assevera, de maneira leviana, que o pregoeiro teria agido arbitrariamente ao





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

excluir lances inferiores a determinado percentual do valor estimado, retomando tais lances ao final da etapa competitiva. Alega, ainda, que tal conduta teria comprometido a isonomia e a competitividade do certame. No entanto, tal argumentação, desprovida de qualquer sustentação jurídica ou factual, revela-se completamente infundada.

De início, é imperativo destacar que o Decreto Municipal nº 2.740/24, que disciplina as contratações públicas pelo critério de menor preço ou maior desconto no município de Saquarema, confere expressa autorização para a exclusão de lances que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame. Nos precisos termos do §4º do art. 20, o agente de contratação ou a comissão, em caráter excepcional, pode adotar tal medida, desde que devidamente comunicada de forma automática e eletrônica, assegurando a transparência e rastreabilidade dos atos. Trata-se de uma prerrogativa que visa proteger o interesse público e garantir a exequibilidade das propostas, princípio basilar das contratações públicas.

No caso vertente, a conduta do pregoeiro não apenas encontra fundamento no mencionado dispositivo legal, como também reflete um juízo técnico e jurídico irrepreensível. A exclusão de lances foi aplicada quando os valores alcançaram R\$ 0,37 (trinta e sete centavos), representando 11,75% do valor estimado para a contratação, passando o pregoeiro a excluir os lances com indícios de inexecuibilidade, após verificar que os licitantes continuaram a ofertar lances inferiores a 50% do valor orçado. Propostas inferiores a este patamar seriam evidentemente inexecuíveis, colocando em risco a adequada execução contratual e desvirtuando os objetivos do certame. Após verificar que os lances inferiores a 50% continuavam a ser apresentados, o pregoeiro os aceitou e informou via chat, que nos termos do edital, as propostas que apresentasse indícios de inexecuibilidade deveriam ter sua exequibilidade comprovada. Tal decisão foi tomada em estrita observância aos princípios da eficiência, economicidade e legalidade, consagrados no art. 37 da Constituição Federal e nos arts. 5º e 6º da Lei nº 14.133/2021.

Cumprе salientar que a exclusão dos lances foi operacionalizada com total transparência, mediante o envio de comunicações eletrônicas automáticas pelo sistema, conforme determina o §4º do art. 20 do Decreto Municipal nº 2.740/24.

É absolutamente inadmissível a tentativa da recorrente de atribuir à conduta do pregoeiro qualquer caráter de arbitrariedade. Ao contrário, o que se verificou foi a fiel aplicação da norma regulamentar, com o objetivo de proteger a integridade do certame e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Assim, é evidente que não houve qualquer quebra de isonomia ou prejuízo à competitividade. As alegações apresentadas pela recorrente, além de carecerem de fundamentação jurídica e probatória,





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

demonstram flagrante desconhecimento das normas que regem o processo licitatório, revelando-se manifestamente improcedentes.

## II – Da Regularidade do Balanço Patrimonial:

### A Recorrente alega em fase de recurso que:

*“Não há o que se falar em irregularidade do Balanço, isso porque, o registro foi realizado no RCPJ, onde a empresa é registrada. nos termos da legislação vigente, que conforme inteligência dos artigos 1150 e seguintes do Código Civil/2002, permite o Registro de Sociedades Simples no Cartório de Registro Civil das pessoas Naturais:*

*Art. 1.150. O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.*

*[...]*

*Desta forma, não merece acolhida a afirmação da empresa recorrente de que o balanço patrimonial deve ser registrado na junta comercial. O Edital não faz essa exigência. Além do mais, o cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas é entidade competente para o registro do balanço patrimonial, principalmente pelo fato de que a finalidade do registro é tornar público o balanço, objetivando atestar a capacidade financeira da empresa, o que ocorreu no presente caso. Desta forma, considerando a ilegalidade da desclassificação desta recorrente, é imperiosa a anulação do ato de desclassificação da Akron e sua declaração de vencedora do certame”*

### Resposta a Recorrente:

A recorrente, em manifesta contradição e desrespeito às normas que regem as sociedades empresárias, insiste na alegação de que seu balanço patrimonial, registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, estaria em conformidade com as exigências editalícias e a legislação vigente. Tal argumentação, além de infundada, é contraditória, considerando que a própria recorrente, em sua peça recursal, cita o art. 1.150 do Código Civil de 2002, dispositivo que dispõe de forma inequívoca sobre a obrigatoriedade do registro na Junta Comercial para sociedades empresárias. Essa disposição reforça o entendimento de que a recorrente, na qualidade de sociedade empresária conforme seu contrato social, descumpriu os requisitos legais de registro público mercantil.



PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

Nos termos dos artigos 966 e 967 do Código Civil, a sociedade empresária é aquela que exerce, de forma profissional, atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços. Tais sociedades estão obrigadas a registrar seus atos societários, incluindo balanços patrimoniais, exclusivamente na Junta Comercial competente da unidade federativa de sua sede. Este registro não é mera formalidade, mas requisito essencial para conferir publicidade, autenticidade e segurança jurídica aos atos praticados pela sociedade, conforme também disposto nos artigos 36 da Lei nº 8.934/1994 e 1.151 do Código Civil. A opção da recorrente por registrar seu balanço patrimonial em órgão incompetente, como o Registro Civil de Pessoas Jurídicas, representa flagrante desrespeito a tais dispositivos legais.

Cumprе enfatizar que a ausência do registro devido na Junta Comercial não é apenas uma irregularidade técnica, mas uma falha de gravidade ímpar. O Código Civil prevê que sociedades empresárias que não observam tal exigência são consideradas irregulares, ficando privadas de personalidade jurídica e sujeitando seus sócios a responsabilidade solidária e ilimitada pelos atos praticados, conforme estabelecem os artigos 986 a 990. Além disso, atos societários não registrados na Junta Comercial carecem de eficácia perante terceiros, o que é amplamente respaldado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1.486.164-DF) e pelos tribunais estaduais. Não bastasse a falta de eficácia, a recorrente ainda pretende, de forma desarrazoada, que a Administração Pública aceite um documento flagrantemente irregular, o que afronta não apenas as disposições legais, mas também os princípios que regem a licitação pública.

A decisão do pregoeiro de desconsiderar o balanço patrimonial apresentado pela recorrente, que está registrado em órgão manifestamente inadequado e em desconformidade com a lei, é irrepreensível e juridicamente amparada. A própria recorrente, ao citar o art. 1.150 do Código Civil, reconhece implicitamente a obrigatoriedade do registro na Junta Comercial, desconstituindo sua própria tese recursal. Tal contradição demonstra a fragilidade de seus argumentos e reforça a validade da decisão administrativa que a inabilitou. Diante disso, as alegações da recorrente são refutadas na totalidade, configurando-se juridicamente insubsistentes e, conseqüentemente, absolutamente improcedentes.





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

### III – Dos Documentos de Habilitação e a Regular Data de Emissão:

A Recorrente alega em fase de recurso que:

*“De forma totalmente arbitrária e interpretação contrária ao artigo 64,I da Lei 14.133/21, os documentos apresentados com data posterior à abertura do certame não foram considerados*

*[...]*

*Essa interpretação reflete uma visão pragmática, que consagra um formalismo moderado com o intuito de evitar a inabilitação de licitante que dispõe, na realidade dos fatos, da documentação necessária para participar da licitação.*

*No presente caso, a recorrente no momento de sua habilitação, momento em que é possível apresentar os documentos solicitados, apresentou os competentes documentos atualizados que se referem a condições preexistentes, portanto os mesmos deveriam obrigatoriamente ser aceitos, posto que apresentados no momento da convocação da licitante.*

*Desta forma, considerando a ilegalidade da desclassificação desta recorrente, é imperiosa a anulação do ato de desclassificação da Akron e sua declaração de vencedora do certame.”*

### Resposta a Recorrente:

A recorrente alega que a não aceitação de documentos apresentados após a sessão pública viola o disposto no art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de diligência para complementação de informações. Contudo, tal interpretação é completamente distorcida e ignora as obrigações impostas aos licitantes pelo edital do certame.

Ao cadastrar sua proposta no sistema eletrônico, a recorrente declara, de forma inequívoca, que detém, em sua integralidade, todos os documentos exigidos para fins de habilitação. Tal exigência encontra respaldo no próprio edital, que estabelece que os licitantes devem assegurar que os requisitos habilitatórios estão plenamente atendidos antes mesmo do início da sessão pública. Este compromisso assumido pelo licitante no momento do cadastro confere segurança jurídica ao certame e garante a observância dos princípios da igualdade e da vinculação ao edital.



PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

A tentativa da recorrente de validar a entrega de documentos emitidos em momento posterior à abertura da sessão revela-se absurda e completamente contrária ao princípio da igualdade de condições entre os licitantes. O acolhimento de documentação extemporânea configuraria grave violação aos princípios da isonomia e da vinculação ao edital, além de comprometer a integridade do processo licitatório. Tal prática seria uma afronta ao devido processo legal, abrindo brechas para a concessão de vantagens indevidas e incompatíveis com os objetivos da Administração Pública, como a transparência, a eficiência e a moralidade.

Cabe destacar que o art. 64 da Lei nº 14.133/2021 permite a realização de diligências exclusivamente para esclarecer ou complementar informações acerca de documentos apresentados no prazo correto. Não há qualquer permissão legal para que documentos novos, emitidos após o início da sessão pública, sejam considerados. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é clara ao estabelecer que o saneamento de falhas documentais não pode se confundir com a regularização de ausência ou irregularidade de documentos essenciais para a habilitação.

Ademais, aceitar os documentos apresentados pela recorrente em momento posterior ao prazo previsto no edital seria uma violação direta ao compromisso assumido pelos demais licitantes, que observaram rigorosamente as regras editalícias. Tal conduta colocaria em risco o regular desenvolvimento do certame e comprometeria a confiança dos participantes no processo licitatório.

Por essas razões, rejeita-se, de forma categórica e intransigente, a argumentação da recorrente quanto à admissibilidade de documentos expedidos após a abertura da sessão pública. A aceitação de tais documentos não apenas viola frontalmente os dispositivos legais e editalícios, como também compromete gravemente a isonomia entre os licitantes. Permitir que uma licitante inabilitada apresente documentos emitidos em momento posterior à abertura da sessão confere-lhe acesso indevido às informações e documentos apresentados pelas demais participantes, concedendo-lhe vantagem desleal na regularização de sua habilitação.

Tal prática subverte a lógica da competição isonômica, ao permitir que uma licitante se beneficie da inabilitação de outras para adequar-se às exigências editalícias, comprometendo a transparência e a integridade do processo licitatório. Assim, a decisão do pregoeiro, ao não acolher a documentação apresentada fora do prazo, encontra-se amplamente amparada na legislação, na jurisprudência consolidada e nos princípios fundamentais que regem as licitações públicas, notadamente o da isonomia e o da vinculação ao edital, sendo, por conseguinte, plenamente válida, legítima e irrepreensível.





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

Ademais, é preciso destacar a evidente má-fé da recorrente, que em nenhum momento de sua peça recursal menciona a ausência dos documentos exigidos nos itens 10.5.1 e 10.5.2 do Termo de Referência, ambos de apresentação obrigatória para a habilitação. Tal omissão deliberada revela a intenção de ocultar as irregularidades de sua proposta e induzir a Administração a erro, em flagrante afronta ao princípio da moralidade administrativa, consagrado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Assim, a tentativa da recorrente de mascarar suas falhas não apenas reforça a correção da decisão que a inabilitou, mas também evidencia o absoluto descompromisso com os parâmetros éticos que regem as contratações públicas.

## VII. CONCLUSÃO

Diante da análise detalhada dos fatos, das normas aplicáveis e dos documentos apresentados, conclui-se que a inabilitação da empresa Akron Controle Profissional de Pragas foi procedente e encontra-se integralmente amparada nos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e da legalidade, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Realizados todos os esclarecimentos, DECIDO:

- **Negar provimento** ao recurso administrativo interposto pela empresa **Akron Controle Profissional de Pragas**, mantendo sua inabilitação no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90014/2024, com fundamento nas seguintes razões:

### I. Tentativa de burla ao certame:

A recorrente apresentou documentação emitida em momento posterior à abertura da sessão pública, após ter ciência da inabilitação de outros licitantes, em uma evidente tentativa de manipular o processo licitatório. Tal conduta caracteriza má-fé e viola os princípios da isonomia e da vinculação ao edital, conferindo à recorrente vantagem indevida e desleal em relação aos demais licitantes, que observaram rigorosamente os prazos e exigências do certame.

### II. Ausência de documentos obrigatórios:

A recorrente deixou de apresentar documentos essenciais previstos nos itens 10.5.1 e 10.5.2 do Termo de Referência, exigências indispensáveis para a habilitação e previamente detalhadas no edital. Em sua peça recursal, a recorrente sequer mencionou a ausência desses documentos, numa tentativa evidente de omitir falhas graves e induzir a Administração a erro. Essa atitude reforça a inadequação da proposta apresentada e a total improcedência de seu recurso.



PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

### III. Improriedade das alegações recursais:

As justificativas apresentadas pela recorrente, como a aplicação do princípio do formalismo moderado e o pedido de realização de diligência, são totalmente descabidas e desprovidas de amparo legal ou jurisprudencial. Tais argumentos não têm o condão de suprir a ausência de documentos essenciais ou corrigir falhas graves que violam as exigências editalícias e a legislação pertinente.

### IV. Aplicação legítima do Decreto Municipal nº 2.740/2024:

A exclusão de lances pelo pregoeiro, quando atingiram valores inexecutíveis, encontra-se respaldada no §4º do art. 20 do referido Decreto. O pregoeiro agiu de forma objetiva e transparente ao excluir lances que poderiam comprometer a competitividade e a viabilidade do contrato, medida devidamente comunicada pelo sistema eletrônico, conforme previsto na legislação municipal e no edital.

- **Confirmar a habilitação** da empresa Saneadora Lagos Ltda, por esta ter cumprido integralmente as exigências editalícias e observado os prazos e requisitos de habilitação.

- Desta forma, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e presentes elementos de admissibilidade. No mérito, **nego-lhe provimento e mantenho inalteradas as decisões tomadas no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90014/2024.**

- Firmo que a recorrente **não assiste razão** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame Pregão Eletrônico 90014/2024.

- Dê ciência da decisão à licitante requerente e demais concorrentes e interessados na licitação.

Encaminhe para o setor jurídico do Município, para emissão de parecer, e posteriormente, à autoridade competente para ciência e decisão final.

Saquarema, 18 de novembro de 2024.

  
GUILHERME CASTRO  
Pregoeiro  
Guilherme V. e Castro  
Diretor Adjunto de Licitação  
Mat. 8169